

AMÉRICA DO SUL

Trégua entre Guiana e Venezuela por um fio

Nicolás Maduro reage à decisão do governo britânico de enviar um navio de guerra para a costa da ex-colônia e deflagra exercícios militares "de caráter defensivo" no nordeste do país, em meio à disputa territorial centenária por Essequibo

Por ordem do presidente Nicolás Maduro, mais de 5,6 mil militares venezuelanos foram mobilizados, ontem, para participar de exercícios no nordeste do país, em frente aos limites das águas disputadas com a Guiana. Segundo o líder chavista, que fez o anúncio acompanhado do alto comando das Forças Armadas, trata-se de uma reação à iniciativa do governo britânico, que enviou um navio de guerra à costa da ex-colônia, em meio a uma briga territorial centenária por Essequibo.

"Ordenei a ativação de uma ação conjunta de toda a Força Armada Nacional Bolivariana sobre o Caribe Oriental da Venezuela, sobre a Fachada Atlântica, uma ação conjunta de caráter defensivo e em resposta à provocação e à ameaça do Reino Unido contra a paz e a soberania de nosso país", disse Maduro em uma transmissão de rádio e televisão.

Diante do anúncio de Maduro, o vice-presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, ressaltou que seu país não tem "planos de uma ação ofensiva" contra a Venezuela. "Essas são medidas de rotina que são planejadas há muito tempo, são parte da construção da capacidade defensiva", disse Jagdeo durante uma coletiva de imprensa. "Não planejamos invadir a Venezuela, o presidente Maduro sabe disso. Não temos nenhum plano de tomar uma ação ofensiva contra a Venezuela", insistiu.

Uma fonte do Ministério das Relações Exteriores da Guiana informou à agência de notícias France Presse (AFP) que o navio britânico HMS Trent chegará à costa do país



Presidente venezuelano anuncia o início das manobras: "Resposta à provocação e à ameaça do Reino Unido contra a paz e a soberania de nosso país"

hoje. A expectativa é de que permaneça por "menos de uma semana" para realização de manobras de defesa em mar aberto. Não está previsto que ataque em Georgetown. O Ministério da Defesa britânico não confirmou a chegada da embarcação às águas guianenses, mas, em comunicado anterior, informou que o navio cumpriria "uma série de compromissos na região".

Patrulhamento

Para a primeira fase dos exercícios militares, Caracas mobilizou 5.682 combatentes. Durante o pronunciamento de Maduro, foram exibidos aviões de guerra patrulhando a área. Participaram caças F-16 norte-americanos e Sukhoi russos, além de embarcações, navios-patrulha, lanchas

armadas com mísseis e veículos anfíbios. Os exercícios ocorreram a partir do estado de Sucre (nordeste), perto de Trinidad e Tobago, em frente aos limites das águas disputadas com a Guiana.

Mais cedo, por meio de um comunicado, o governo venezuelano havia pedido à Guiana que tomasse ações imediatas para retirar o navio HMS Trent e não

envolvesse "potências militares na controvérsia territorial". Embora costume operar no Mar Mediterrâneo, a embarcação britânica foi deslocada para o Caribe para combater o tráfico de drogas no início de dezembro.

A chegada da embarcação britânica quebra uma frágil trégua entre a Venezuela e a Guiana, em meio a uma disputa secular pelo

território de Essequibo, rico em petróleo. Há duas semanas, numa reunião em São Vicente e Granadinas, Maduro e o presidente guianense, Irfaan Ali, haviam se comprometido a não escalar para um conflito militar.

"Acreditamos na diplomacia, no diálogo, na paz", disse, ontem, o líder venezuelano. "Mas ninguém deve ameaçar a Venezuela, ninguém deve mexer com a Venezuela. Somos homens de paz, somos um povo de paz, mas somos guerreiros e essa ameaça é inaceitável para qualquer país soberano (...), inaceitável a ameaça do decadente, corrupto ex-império do Reino Unido. Não aceitamos", acrescentou.

No último dia 18, o chefe da diplomacia do Reino Unido nas Américas, David Rutley, reafirmou o apoio do governo britânico à Guiana, em um encontro em Georgetown com Ali.

Caracas afirma que o Essequibo, uma região de 160.000 km² rica em recursos naturais, faz parte de seu território, como em 1777, quando era colônia da Espanha. Maduro apela ao Acordo de Genebra, assinado em 1966, antes da independência da Guiana do Reino Unido, que estabelecia as bases para uma solução negociada e anulava um laudo de 1899, que Georgetown pede que a Corte Internacional de Justiça (CIJ) ratifique.

As tensões entre os dois países se intensificaram no início do mês, após a realização de um referendo na Venezuela sobre a soberania de Essequibo na Venezuela. O episódio despertou o temor de um conflito armado entre os países vizinhos.

Na Argentina, convocação de greve geral contra Milei

Principal central sindical da Argentina, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) convocou uma greve geral para 24 de janeiro, em repúdio às medidas de ajuste fiscal e de reforma do Estado do recém-empossado presidente Javier Milei. A paralisação foi marcada para o mesmo dia em que a Câmara dos Deputados deverá discutir o pacote de projetos conhecido como Lei Ônibus, com mais de 664 artigos, que, dentre outras ações, declara emergência pública no país. Na mesma data está prevista uma

manifestação na Praça do Congresso, em Buenos Aires.

"No dia 24 vamos fazer uma greve com mobilização ao Congresso para apoiar aqueles deputados e senadores que nos coloquem que isso não pode acontecer na Argentina", disse secretário-geral da CGT, Héctor Daer, assinalando que o "decreto" de Milei concentra no presidente "a soma do poder público". Outros sindicatos já anunciaram que pretendem aderir ao movimento convocado pela CGT.

Empossado há 19 dias, o

ultraliberal Javier Milei pretende dar uma gigantesca sacudida na economia argentina com o decreto que inclui a reforma de mais de mais de 300 leis e que entra em vigor hoje. "O objetivo é começar o caminho de reconstrução do país, devolver a liberdade e autonomia aos indivíduos e começar a desmontar a enorme quantidade de regulamentações que têm parado, dificultado e impedido o crescimento econômico", afirmou o presidente ao anunciar as medidas, na semana passada.

Para Daer, a iniciativa do novo governo "prejudica os direitos individuais e coletivos dos trabalhadores, assim como o sistema solidário de saúde". O decreto só pode ser invalidado se for rejeitado tanto pela Câmara dos Deputados quanto pelo Senado. Ou derrubado pela Justiça.

Com cerca de 7 milhões de afiliados, a CGT pediu na quarta-feira que a Justiça declare a inconstitucionalidade do decreto. Uma mobilização que reuniu milhares de pessoas na sede dos tribunais em Buenos Aires.

Enquanto a multidão protestava, Milei apresentou ao Congresso um outro pacote de modificações de leis, que, entre outros aspectos, implementará uma reforma eleitoral, permitirá a privatização de mais de 40 empresas públicas e limitará o direito de reunião e manifestação. "Em menos de uma semana transformam a Argentina e nos levam à Argentina pastoral", criticou o dirigente sindical em alusão às propostas de Milei, que se considera um libertário capitalista.

O amplo projeto de austeridade de Milei inclui a eliminação de subsídios ao transporte e às tarifas de serviços públicos, além de paralisar a construção de obras de infraestrutura financiadas pelo Estado. O objetivo é reduzir os gastos públicos no equivalente a 5% do Produto Interno Bruto. Também houve uma desvalorização da moeda nacional em mais de 50%.

A Argentina passa por uma grave crise econômica e social, com uma inflação anual até novembro de mais de 160% e uma taxa de pobreza superior a 40%.

COREIA DO NORTE

Kim cobra preparativos de guerra

Após advertências verbais, Kim Jong-un partiu para a ação. O líder norte-coreano pressionou, ontem, seu partido para acelerar os preparativos militares para a guerra, incluindo o programa nuclear. A ordem foi dada uma semana depois de ele alertar que Pyongyang não hesitaria em lançar um ataque em caso de "provocação" com armas atômicas, numa reação a entendimentos recentes entre Seul e Washington em caso de um conflito com a Coreia do Norte.

Ontem, Kim tratou do tema ao discursar na reunião plenária do Partido dos Trabalhadores da Coreia, que governa o país, na qual são esperados anúncios de

decisões políticas para 2024. Segundo a agência de notícias oficial KCNA, ele pediu providências em diferentes setores, como o de armas nucleares e defesa civil, assinalando que "a situação militar" na Península da Coreia se tornou "extrema" devido às ações "sem precedentes" dos norte-americanos.

Coreia do Sul, Japão e Estados Unidos intensificaram a cooperação militar diante da onda de testes armamentistas dos norte-coreanos ao longo deste ano. Os três países ativaram um sistema para compartilhar informação em tempo real sobre os lançamentos de mísseis de Pyongyang.

Há algumas semanas, um

submarino americano de propulsão nuclear chegou ao porto sul-coreano de Busan. Washington também enviou bombardeiros de longo alcance para executar manobras com Seul e Tóquio. Na avaliação de Pyongyang, o envio de armas estratégicas para as manobras conjuntas na região são "ações intencionalmente provocadoras dos Estados Unidos para uma guerra nuclear".

"Vitórias reveladoras"

De sua parte, ao longo do ano, a Coreia do Norte lançou um satélite-espião de reconhecimento, consagrou em sua Constituição a condição de potência nuclear e



O líder norte-coreano (E) discursa para correliigionários: recado aos EUA

testou o míssil balístico intercontinental (ICBM) mais potente de seu arsenal. Kim Jong-un definiu 2023 como "um ano de grande

mudança", em que seu país alcançou "vitórias reveladoras".

Monitorando toda a situação, a Agência Internacional de Energia

Atômica (AIEA) indicou na semana passada que um segundo reator da central nuclear norte-coreana de Yongbyon parecia estar em operação, o que considerou "profundamente lamentável". Na reunião de seu partido ocorrida no fim do ano passado, Kim havia pedido "um aumento exponencial dos arsenais nucleares" do país.

Segundo Ahn Chan-il, desertor que se tornou pesquisador e dirige o Instituto Mundial para Estudos Norte-Coreanos, em 2024, Pyongyang pode "enviar armas nucleares táticas a áreas próximas da fronteira" com o vizinho do Sul e impulsionar seu programa nuclear. Segundo ele, seria uma maneira de o Norte pressionar Seul e Washington, ao mesmo tempo que manteria suas relações estreitas com Rússia e China, aliadas tradicionais.